

MARANHÃO FILHO, EDUARDO MEINBERG
DE ALBUQUERQUE. *RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES
EM CONTEXTOS: SIMPÓSIO SUDESTE DA ABHR/
SIMPÓSIO INTERNACIONAL DA ABHR: DIVERSIDADES
E (IN)TOLERÂNCIAS RELIGIOSAS*. SÃO PAULO:
FONTE EDITORIAL, 2013.

*Francisco Gonzaga*¹

Religiões e Religiosidades em Contextos, livro organizado por Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão, é o resultado do primeiro *Simpósio Sudeste/Simpósio Internacional* da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR), composto por uma coletânea de artigos sobre conferências e mesas apresentadas em tal ocasião. Tendo como alvo central de debate o tema *Diversidades e (In) Tolerâncias Religiosas*, a coletânea reúne profissionais e pesquisadores de variadas áreas do conhecimento – sobretudo da História das Religiões, das Ciências Sociais e das Ciências da Religião – e seus também diversos objetos de pesquisa, num total de doze capítulos.

No texto que dá início à obra, Adone Agnolin discute as relações que se estabelecem entre os conceitos de “civilização” e de “religião” em três distintos contextos socioculturais da história ocidental: um marcado pelo início da Idade Moderna, outro pelas estratégias missionárias realizadas no Extremo Oriente, e um terceiro caracterizado pela expansão missionária no continente americano. Utilizando-se de ferramentas teórico-metodológicas características da disciplina da História das Religiões – que, segundo o autor, “[...] consiste em uma análise histórica das formações (que nós ocidentais identificamos enquanto) religiosas a partir de uma abordagem mais abrangente daquela monoteística” (p. 13) – Agnolin vê na gênese da Idade Moderna uma correlação entre os conceitos de “civitas” e “religio”, de forma que se confundem: o próprio vértice do processo civilizatório seria representado pela aquisição de uma consciência ao mesmo tempo civil e religiosa.

¹ Graduando em Ciências Sociais pela UFRGS. Bolsista de Iniciação Científica no NER – Núcleo de Estudos da Religião. Contato: franciscoa.g@hotmail.com.

No que tange ao contexto da expansão oriental, emerge uma alternativa entre os dois conceitos já mencionados, derivante de limitações empíricas dos missionários católicos na aplicação da categoria “religião”. Tal situação teria forçado-os a relativizar a associação entre os termos, resultando numa maior adaptação aos nativos nos procedimentos de evangelização. Já no caso americano, o que se revela é a atribuição do processo civilizador como condição necessária para o empreendimento religioso. Seria uma imposição paralela de civilizar o mundo segundo o modelo romano e de converter seus habitantes segundo o modelo cristão. “Cristianizar para civilizar, civilizar para realizar um processo de cristianização” (p. 35).

Também a partir do ponto de vista da História das Religiões, dessa vez concebida enquanto “[...] um canteiro de pesquisas que evidenciam a dimensão cultural de experiências religiosas as mais diversas no tempo e no espaço” (p. 61), Antonio Benatte aborda o pentecostalismo brasileiro de acordo com uma de suas características mais marcantes: a recepção e reinterpretação da Bíblia. Para o autor, é neste contínuo processo hermenêutico dos textos sagrados que se define a própria identidade comunitária dos grupos religiosos em questão. Não obstante, a recepção da leitura enquanto prática religiosa coletiva contribui para a produção de determinadas visões e formas de agir no mundo que transcendem o campo da vida religiosa, gerando efeitos sociais, políticos, econômicos e culturais mais amplos – por exemplo, conflitos de interpretação com outros grupos sociais (sejam religiosos ou não). Acima de tudo, Benatte revela um esforço para a desconstrução de visões reducionistas do fenômeno pentecostal, que tendem a enxergá-lo como “religião da privação”, “ópio do povo”, entre outras definições.

Seguindo a mesma linha, Elton de Oliveira Nunes dedica inteiramente seu artigo *Teoria e Metodologia em História das Religiões* a uma análise da formação e do desenvolvimento da História no Brasil e de como as diferentes escolas que influenciaram este processo abordaram e abordam a temática religiosa em suas pesquisas. Sua posição, nesse sentido, é crítica: “É necessário ampliar o leque teórico-metodológico para dar conta dos estudos sobre as religiões no Brasil [...] a religião não é tratada devidamente pela área de pesquisa histórica no Brasil.” (p. 153-154). Tal conclusão baseia-se no fato

de que somente no fim do século XX os estudos sobre religião alcançaram posições crescentes no Brasil, sendo antes disso fortemente influenciados por tendências positivistas e marxistas clássicas – correntes que tendem a relegar a religião a um plano secundário no campo da discussão social. De maneira oposta, a escola italiana de História das Religiões, calcada em princípios metodológicos que “autonomizam” a existência das religiões em relação aos demais objetos históricos como a economia e a política, é apresentada como um paradigma a ser endossado numa perspectiva de compreensão do riquíssimo campo religioso brasileiro.

É em cima desta última, a escola italiana de História das Religiões, que Eliane Moura da Silva, por seu turno, contribui com a coletânea. Sua opinião vai ao encontro à de Elton Nunes: “Nas últimas décadas multiplicaram-se na historiografia brasileira os estudos sobre religião. Contudo, muito pouco foi proposto como reflexão sobre as questões conceituais, as teorias e metodologias” (p. 123). Novamente, a tradição intelectual italiana da História das Religiões passa a ser vista como uma contribuição importante para tais questionamentos, já que a mesma tende a ressaltar a historicidade das religiões e dos fatos religiosos, pensados enquanto produtos culturais. Ao contrário de muitos estudos brasileiros – que não raro pensam a religião no singular e quase como sinônimo de cristianismo –, o paradigma italiano desconstrói a categoria generalizante “religião”, que é tida como um código de sentidos variados de acordo com determinado contexto cultural. Nesse sentido, tais estudos estariam situados na confluência da antropologia com a história, polemizando as interpretações des-historicizantes.

Andrea Gomes Tomita traça um panorama geral das Novas Religiões Japonesas (NRJ) no Brasil, oferecendo uma perspectiva de interpretação das condições que permitiram sua consolidação no nosso contexto. Ela nos mostra que é, sobretudo, a partir dos anos cinquenta que NRJ's como Seicho-no-Ie, Igreja Messiânica e Soka Gakkai se estabelecem na sociedade brasileira, coincidindo com uma intensificação da migração de japoneses para os centros urbanos e sua gradativa ascensão social. Tomita também debate a ineficiência do uso do conceito “religião” no Japão, o que corrobora a visão exposta por Agnolin no primeiro artigo do livro. Antes da modernização

do país e de seu conseqüente contato com o mundo ocidental, não existia no vocabulário local algum termo genérico correspondente a “religião”. O que predominava era a noção de “caminho”, categoria mais ampla que engloba não só componentes religiosos, mas também filosóficos, artísticos e científicos. Mesmo atualmente, a palavra “religião” é muito mais associada à superstição, sendo a visão de “espiritualidade” mais utilizada e aplicável.

De forma análoga, Artur Cesar Isaia apresenta o surgimento do Espiritismo no contexto sociopolítico francês do século XIX e as especificidades adquiridas por este no que diz respeito à realidade brasileira. Levando em conta o tenso e inseguro ambiente europeu do século XIX, a doutrina espírita surge na França enquanto um “sistema de idéias macroexplicativo, capaz de desvendar a natureza e o destino humano” (Isaia, 2013. p. 90). Ainda que correlacionado, nesse sentido, com as demais utopias de sua época – a saber, o marxismo e o positivismo –, o Espiritismo se desprovê de qualquer ambição revolucionária, caracterizando-se mais em função de uma proposta conciliadora e conservadora da ordem. No Brasil, inicialmente, o fenômeno adquiriu contornos elitistas e não se expandiu muito, o que se explica pelo fato de ser uma “religião do livro”, que exige uma aprendizagem contínua. No entanto, considerando uma realidade escravocrata, não tardou que alguns componentes da doutrina se popularizassem, passando a ser associados à negritude, à magia, à marginalidade e até mesmo à homossexualidade, o que levou a elite espírita republicana a fundar a Federação Espírita Brasileira, numa tentativa de distinção de identidade religiosa. O autor ainda destaca a importância de Bezerra de Menezes enquanto reintérprete dos livros espíritas franceses, de acordo com a realidade empírica popular brasileira.

Edgard Leite opta por narrar a história de Uriel da Costa (1584-1640) enquanto precursor de diversos valores modernos que logo se emancipariam no pensamento ocidental como um todo. Uriel fez parte de uma geração de portugueses descendentes de judeus que foram cristianizados à força no final do século XV. Sua resistência étnico-cultural caracterizou-os como “[...] primeiros seres humanos no Ocidente que, coletivamente, podem ser denominados de modernos. Isto porque optavam, de maneira autônoma, por transitar entre diferentes identidades” (p. 111-112). Primeiro grande

intelectual deste ambiente, o personagem principal do texto passa do Cristianismo ao Judaísmo, de acordo com atos de consciência e vontade própria, buscando a realização de sua identidade como homem livre e autônomo antes mesmo de uma integração total a esta ou àquela identidade coletiva. Entretanto, sua posição crítica radical ao papel das instituições e dos líderes religiosos fez com que fosse perseguido tanto pela Inquisição quanto pela própria comunidade judaica. Dentre seus ideais aderidos, destaca-se a eloquente defesa da Lei Natural, que num futuro próximo legitimou as revoluções democráticas europeias.

A mesma Lei Natural mencionada acima é abordada, dessa vez, sob a nomenclatura de Direito Natural (os dois se equivalem), por Patrícia Carla de Melo Martins. Porém, nesse caso, o tema do Direito Natural é analisado sob a encíclica *Pacem in Terris* (Paz na Terra), promulgada pelo Papa João XXIII, em 1963. A carta representou a resposta da Igreja Católica à conjuntura política, econômica e cultural da década de sessenta, tomando como exemplo dessa conjuntura a Crise dos Mísseis, estopim da indignação mundial diante da corrida armamentista. Essa resposta também marca uma nova postura da Igreja Católica, que se abre em defesa da construção da democracia e paz mundiais, ao mesmo tempo em que busca uma dimensão cosmopolita e universal em seus propósitos. Apresentando a ideia do Direito Natural enquanto um bem supremo que se evidencia na expressão social de todos os povos, parte-se do pressuposto da existência de uma natureza divina contida em cada ser humano, que define e garante a racionalidade que o torna um ser político e cultural. Sob tal ponto de vista, a proposta da Igreja é promover a garantia da existência humana como um “bem comum mundial”, fortalecendo, nesse sentido, a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Na encíclica, a paz mundial torna-se um dever de todos os povos, cidadãos e, sobretudo, governantes para com a existência humana. Para Patrícia Martins, apesar do conteúdo político da *Pacem in Terris* ultrapassar o contexto de sua publicação e ter se tornado um “ícone da pós-modernidade na defesa do ser humano”, seu conteúdo religioso inviabiliza sua pretensão transformadora, uma vez que “[...] a defesa da paz como um Direito Natural, na experiência do espírito, perde completamente seus sentidos diante de uma sociedade que sofre de anomia religiosa” (p. 270-271).

Lideranças religiosas e políticas no interior de Minas Gerais demonstra de maneira densa a emergência de atores políticos católicos como uma decorrência dessas mesmas transformações importantes no catolicismo recém citadas, que se dão a partir de 1960. Com o intuito de prover mais espaço de atuação aos leigos em atividades religiosas, política oriunda do Concílio Vaticano II (1962-1965), a Igreja Católica formou Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) por todo o Brasil, responsáveis por organizar comunidades locais e por formar lideranças católicas leigas. Resultado disso é o Mobon (Movimento da Boa Nova – Caratinga/MG), cujos cursos e desdobramentos foram pesquisados por Fabrício Roberto Costa Oliveira, autor do capítulo. O mesmo aponta para a ocorrência de diversos fenômenos não só regionais, mas também nacionais, a exemplo da emergência de novos atores políticos locais relacionados à dinâmica religiosa comunitária, da legitimidade da mobilização católica por causas sociais – influenciado também pela Teologia da Libertação – e da considerável adesão e participação destes atores religiosos na formação e no desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores (PT), num contexto de redemocratização do país. Fabrício Oliveira ainda destaca que, apesar de haver uma ideia ética de “política cristã” – a qual teoricamente deveria ser diferente das práticas políticas sujas corriqueiras – permeando tal engajamento, “[...] relações de poder tradicional como a prestação de favores e autoritarismo nas comunidades se revelaram muito presentes” (p. 213), estabelecendo um limite dessas mudanças de perspectiva em relação aos jogos políticos já existentes.

Em *Vozes e discursos religiosos no espaço público: tensões, dissonâncias e busca da autenticidade*, Emerson da Silveira busca a compreensão das polaridades éticas que se estabelecem no cenário público brasileiro em função da presença religiosa. O espaço público, enquanto propulsor da democracia e território amplo de grupos, indivíduos e classes sociais, possibilita discursos religiosos organizados que intensificam dissonâncias culturais e conflitos políticos; assim como produz efeitos de busca da autenticidade e diferença. Nesse contexto, o autor destaca a emergência de complexos jogos simbólicos e políticos entre os diversos agentes religiosos, que procuram alianças e desenvolvem estratégias junto aos poderes públicos e à mídia. A continuidade

de tal fato confere um caráter dialético ao movimento desses atores religiosos, “[...] ora imiscuindo cosmologia e imaginário religioso em esferas sociais [...], ora contrabandeando cosmologia e imaginário dessas mesmas esferas para dentro do religioso” (2013, p. 177). No cenário atual, Emerson da Silveira ainda demonstra uma visão crítica acerca da atuação política de grupos religiosos, sobretudo, cristãos e de direita, que “costumam defender valores específicos como valores universais [...] desejando restaurar a ‘velha’ ordem, o que pode atrasar as políticas públicas de redução de desigualdade social e cultural” (p.182-183).

De maneira mais específica, Marcelo Tavares Natividade adentra no campo das manifestações religiosas relacionadas ao ambivalente tema da sexualidade. Lançando mão de exemplos atuais característicos da sociedade brasileira – como o impacto da atuação cristã na esfera pública, discussões sobre a legalização do aborto, a prevenção ao HIV, a criminalização da homofobia e a união estável entre homossexuais –, Natividade situa o leitor no presente quadro de polissemia religiosa no que diz respeito à sexualidade. Se, por um lado, temos cultos que endossam a proibição da diversidade sexual, reforçando perspectivas heteronormativistas, como é o caso da maioria das religiões cristãs; temos, por outro, formas de lidar com o sagrado que incorporam a diversidade sexual em sua cosmologia, como os afro-brasileiros e as igrejas gays ou inclusivas. Estas últimas, que datam dos anos dois mil para cá, emergem como uma nova alternativa na produção de discursos acerca das relações entre o movimento LGBT e a vida eclesial. Mais comuns no universo evangélico, as igrejas inclusivas “[...]vêm problematizando aspectos da inclusão e exclusão de gays e lésbicas pelas religiões cristãs e pela sociedade mais ampla [...] [sua] sintonia com a agenda das minorias sexuais possibilita pensá-las como um movimento social” (p. 225-226). O que as une seria uma afinidade eletiva com os discursos que situam os direitos sexuais como direitos humanos.

Sendo assim, o livro permite ao leitor não só acesso a uma rica variedade de pontos de vista teórico-metodológicos – leituras históricas, sociológicas, etnográficas etc. – do fenômeno religioso ocidental, como também possibilita traçar um olhar panorâmico acerca das permanentes tensões, negociações

e interpenetrações que são criadas entre religião e as demais esferas da vida social. Provocando um debate histórico no âmbito das diversas religiosidades, os artigos não deixam de suscitar ideias, dúvidas e possíveis novas investigações sobre temas atuais e em constante mudança na sociedade brasileira.

REFERÊNCIA

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. *Religiões e Religiosidades em Contextos: Simpósio Sudeste da ABHR/Simpósio Internacional da ABHR: Diversidades e (in)tolerâncias religiosas*. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.

Recebido em: 29/12/2013

Aprovado em: 15/01/2014